

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO ESTADO NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO

Cleidijane Siqueira Santos¹

UFAL: <https://orcid.org/0000-0002-9701-6118>

Renata Mayara Moreira de Lima²

UFAL: <https://orcid.org/0000-0001-6093-4188>

José de Lima Albuquerque³

UFRPE: <https://orcid.org/0000-0003-0625-5656>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n37ID34929

A discussão sobre desenvolvimento emergiu com a modernidade e tem incutido a ideia de progresso, como um padrão de crescimento contínuo que os países buscam atingir (Furtado, 1974; Heidemann, 2010). Essa perspectiva de desenvolvimento é traduzida em termos de industrialização e de altos níveis de produção e consumo, que seriam responsáveis pela geração de riquezas materiais e benefícios sociais, em uma relação que é posta muitas vezes de forma causal. Porém, a constatação de que nações consideradas ricas continuavam tendo altos níveis de desigualdade social, bem como a preocupação com o uso intensivo de recursos naturais, além do entendimento de que a generalização de um único modelo de desenvolvimento é uma falácia; fizeram com que essa concepção tradicional de desenvolvimento passasse a sofrer críticas de diversos autores, principalmente porque a propagação desse discurso tem servido à exploração capitalista e a ocidentalização do mundo (Souza, 1996;1997).

Essa pauta ganhou maior importância após a segunda guerra mundial. De acordo com Niederle e Radomsky (2016), a abordagem teórica do desenvolvimento é dividida no período de 1945 a 1975, e no período pós anos 70, abrangendo a concepção que o aborda apenas pelo aspecto econômico, considerando-o como sinônimo de crescimento; e posteriormente, as que o descrevem como um processo de mudança

¹ E-mail: cleidijane.santos@penedo.ufal.br

² E-mail: renata.lima@penedo.ufal.br

³ E-mail: joselimaa@ufrpe.br

qualitativo na sociedade, a partir de uma análise mais ampla, tendo como pauta central as transformações nas condições sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Diante dos diversos entendimentos do que se precisa considerar para que uma sociedade seja considerada desenvolvida, Veiga (2008) menciona a possibilidade de se pensar em um caminho do meio, em que não se considere apenas o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que não se defina uma perspectiva utópica ou ilusória, sendo preciso recusar saídas rápidas e demonstrar que o desenvolvimento não é um delírio, da mesma forma que não pode ser medido apenas em termos de produto interno bruto (PIB).

Diante disso, começaram a surgir diversas abordagens que qualificam o que pode ser considerado desenvolvimento, com foco nas distintas realidades e com um olhar para mudanças qualitativas na vida que as pessoas podem levar como é exemplo à abordagem do *desenvolvimento como liberdade*, segundo a qual, o desenvolvimento é a expansão das liberdades individuais, por meio do combate às privações sociais, econômicas e políticas.

Para Sen (2010), a ideia de liberdade no processo de desenvolvimento é fundamental por duas razões: a primeira é a avaliatória, isto é, deve-se avaliar o progresso, tendo como parâmetro o aumento das liberdades das pessoas; a segunda é que o desenvolvimento está sujeito à condição de agente das pessoas; para tanto, o estado tem um papel crucial nesse processo, por meio da implementação de ações, as quais denominamos de políticas públicas.

Segundo Rosa, Lima e Aguiar (2021) duas abordagens destacam-se na definição de uma política pública, a multicêntrica e a Estado cêntrica. A primeira considera que as políticas públicas podem ser desenvolvidas por grupos e organizações sociais em associação com o estado; a segunda considera que as políticas públicas são monopólio dos atores estatais. Vale salientar que, para a abordagem Estado cêntrica, grupos e organizações podem influenciar tais políticas, mas a sua elaboração é centralidade do Estado.

Uma das definições de políticas públicas mais conhecidas é a de Dye (2008), que as definem como tudo aquilo que o governo escolhe ou não fazer. Quando este age perante algum problema, a política adquire característica positiva, por outro lado, quando o governo decide não agir, a política tem característica negativa. Outra definição clássica é a de Jobert e Muller (1987) que afirmam que as políticas públicas

são o *Estado em ação*.

Diante de várias definições, Souza (2006) vai definir políticas públicas como um campo de conhecimento que tem como variável independente, colocar o governo em ação ou analisar essa ação; e como variável dependente, as alterações propostas no curso dessas ações.

Cientes da não existência de uma compreensão universal do conceito de desenvolvimento e de políticas públicas, mas as compreendendo como cruciais no processo de mudança social, acreditamos que o desenvolvimento almejado e que de fato provoca transformações sociais permanentes é o desenvolvimento das pessoas, ou seja, o desenvolvimento humano.

Os artigos que compõem este dossiê buscam refletir sobre as políticas públicas enquanto promotoras do desenvolvimento humano, através de um processo de mudança qualitativa na sociedade, salientando, nesse contexto, a importância do Estado na promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões, especialmente o desenvolvimento das condições de vida das pessoas e de suas capacidades de serem agentes.

O dossiê reuniu contribuições que desenvolveram análises focalizadas nas transformações das condições sociais, econômicas, ambientais e culturais que políticas públicas são capazes de promover, dentro de diferentes escopos de estudos, metodologias e suportes teóricos, com foco na reflexão, análise e avaliação do papel do estado brasileiro na criação e implementação de políticas públicas.

O primeiro artigo intitulado: “Colhendo os Cacos dos Corações no Olho do Furacão: mães enlutadas sobrevivendo o *Black lives matter*”, escrito por José Rolfran Souza Tavares, parte do problema da alta taxa de homicídios entre os jovens no Rio Grande do Norte, que são majoritariamente homens, negros e pobres. O autor utiliza a etnografia para compreender as percepções de segurança pública e quais estratégias são adotadas por mães que vivem o luto da perda de um filho e que tenta ao máximo proteger seus outros tutelados. Na configuração da pesquisa o autor considera os impactos causados pela pandemia da covid-19 e o movimento da luta pela vida da pessoa negra.

O segundo artigo, denominado “Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas: experiências das Instituições Federais de Ensino Brasileiras” é escrito por Alana Alves Caminha e Cleiton Silva Ferreira Milagres. O artigo trata da Política

Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), que surgiu com a finalidade de modernizar as instituições públicas federais através do incentivo ao desenvolvimento e aproveitamento das competências dos seus servidores. Os autores utilizam a pesquisa bibliográfica realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para evidenciar quais os desafios de implementação da PNDP nas IFES brasileiras, considerando para isso, fatores intervenientes específicos.

O terceiro trabalho, que tem como título “Educação, Diversidade e Políticas Públicas Brasileiras: reflexões sobre 30 anos de debate no Brasil (1990-2020)”, escrito por Renata Guedes Mourão Macedo, objetiva refletir sobre as transformações no debate sobre diversidade e políticas públicas educacionais no Brasil no período entre 1990 e 2020. O artigo traz a reflexão do papel do Estado em promover uma educação que considere a diversidade e a busca pela equidade. A autora parte de dois eixos: gênero e sexualidade e diversidade étnico-racial. A discussão é focada em duas questões: a tensão entre a implementação pelo Estado de políticas universalistas e políticas focadas na diferença, e como a polarização política brasileira influenciou os debates sobre diversidade e educação.

Na sequência tem-se o artigo denominado “Os Povos Tradicionais de Terreiros e as Políticas Públicas Governamentais face à Ascensão dos Neopentecostais aos Cargos Eletivos no Brasil”, escrito por Lucy Patrícia da Silva Farias, que objetiva analisar os avanços e retrocessos das políticas voltadas aos povos tradicionais de terreiro, tendo como parâmetro os Planos Plurianuais de (2016-2019) e (2020-2023), e as leis promulgadas nesse período, as quais efetivaram direitos e garantias. A autora traz em sua discussão a reflexão sobre como a maior representatividade da bancada evangélica influenciou a liberdade religiosa e o direcionamento de ações governamentais para os povos de terreiros, o que impactou de forma significativa a capacidade de políticas públicas diminuírem desigualdades sociais.

Por fim, o último artigo, denominado, “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma leitura a partir do desenvolvimento como liberdade”, dos autores Cleidijane Siqueira Santos, Renata Mayara Moreira de Lima e José de Lima Albuquerque, buscou evidenciar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento na escala humana, na dimensão da melhoria da qualidade de vida do público ao qual se destina e de acordo com os ideais propostos por Amartya Sen. O Programa de Aquisição de Alimentos, que passou por mudanças,

continuidades e descontinuidades ao longo de sua história, foi criado em 2003 e surgiu como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, objetivando dentre outras coisas, promover o fortalecimento da agricultura familiar e contribuir com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Esperamos que as discussões propostas pelos artigos do dossiê, que perpassam pela análise de diferentes contextos sociais e diversas políticas públicas, auxiliem os leitores a refletir sobre o papel do Estado enquanto peça fundamental para reduzir a desigualdade social e promover transformações duradouras. Que as políticas públicas setoriais busquem como finalidade última a promoção de uma melhor qualidade de vida para as pessoas, seja o que isso possa significar para diferentes configurações sociais, já que não há um único modelo de desenvolvimento a ser buscado.

Referências

- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 12th ed. Upper Saddle River, N. J.: Prentice Hall, 2008.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HEIDEMAN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'Etat en action**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- NIERDELE, P. A.; RADMOMSKY, G.F.W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.
- ROSA, Júlia Gabriel Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas Públicas: introdução**. Porto Alegre: Jacarta, 2021.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-23, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul./dez. 1997.
- VEIGA, José Eli Da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.